

***Campus Porto Velho Zona Norte***  
**Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na**  
**Educação Profissional e Tecnológica - EPT**

**PAULO RICARDO DOS SANTOS**

**EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E**  
**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO AMAPÁ (2008–2024)**

PORTO VELHO, RO  
2026

**PAULO RICARDO DOS SANTOS**

**EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO AMAPÁ (2008–2024)**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista, junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica - EPT sob a orientação do professor Me. Alessandro de Almeida

PORTO VELHO, RO  
2026



Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Santos, Paulo Ricardo dos.  
Evolução da Educação Profissional e Tecnológica e desenvolvimento territorial no Amapá (2008 -2024) / Paulo Ricardo dos Santos. - Porto Velho, 2026.  
25 f.

Orientador(a): Prof. Me. Alessandro de Almeida.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. IFAP. 2. desenvolvimento regional. 3. políticas públicas educacionais. 4. rede federal . I. Almeida, Alessandro de (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

**Bibliotecário(a) Responsável:** Gizele de Melo Viana, CRB-11/914

**PAULO RICARDO DOS SANTOS**

**EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO AMAPÁ (2008–2024)**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista, junto ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica - EPT sob a orientação do professor Me. Alessandro de Almeida

Aprovado em: 30/03/2026 pela banca examinadora.

---

Prof. Me. Kariston dias Alves

---

Prof. Dr. Luís Fernando Lira Souto

---

Prof. Me. Alessandro de Almeida  
(Orientador)

## **EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO AMAPÁ (2008–2024)**

**RESUMO:** Este estudo analisa como a Educação Profissional e Tecnológica tem se desenvolvido no Estado do Amapá entre 2008 e 2024, destacando o papel do Instituto Federal do Amapá nesse processo. Parte-se da ideia de que a educação profissional é mais do que formação técnica: ela também contribui para gerar oportunidades, fortalecer o território e melhorar as condições de vida da população. Para isso, a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, baseada na análise de livros, documentos oficiais e dados socioeconômicos. O estudo dialoga com autores que discutem território, desenvolvimento regional e o trabalho como princípio educativo. Os resultados mostram que a expansão da Rede Federal no estado ampliou o acesso à educação, levou o ensino para além da capital e fortaleceu a formação em áreas importantes para a economia local. No entanto, também se percebe que essas mudanças ainda não são suficientes, por si só, para transformar de forma mais profunda a economia do estado, sendo necessário maior integração entre educação e planejamento econômico. Assim, conclui-se que a Educação Profissional e Tecnológica tem um papel importante no desenvolvimento do Amapá, mas seus resultados dependem diretamente das dinâmicas e necessidades locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação profissional; desenvolvimento regional; políticas educacionais; interiorização do ensino.

**ABSTRACT:** This study analyzes how Professional and Technological Education has developed in the state of Amapá between 2008 and 2024, highlighting the role of the Federal Institute of Amapá in this process. It is based on the idea that professional education goes beyond technical training, as it also contributes to creating opportunities, strengthening the territory, and improving people's living conditions. To this end, the research adopted a qualitative approach, with exploratory and descriptive characteristics, based on the analysis of books, official documents, and socioeconomic data. The study engages with authors who discuss territory, regional development, and work as an educational principle. The results show that the expansion of the Federal Network in the state increased access to education, extended educational opportunities beyond the capital, and strengthened training in areas relevant to the local economy. However, it is also observed that these changes alone are not yet sufficient to promote deeper transformations in the state's economy, making greater integration between education and economic planning necessary. Thus, it is concluded that Professional and Technological Education plays an important role in the development of Amapá, although its outcomes depend directly on local dynamics and needs.

**Keywords:** professional education; regional development; educational policies; interiorization of education.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação profissional e tecnológica é fundamental para o desenvolvimento regional no Brasil. Isso porque ela ajuda a reduzir as desigualdades entre as regiões. A Lei nº 11.892/2008 foi um marco importante nesse sentido, pois criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Com isso, a educação profissional e tecnológica se tornou uma estratégia importante para combater as desigualdades territoriais, ao mesmo tempo em que promove a formação técnica, a inclusão social e o crescimento econômico (Pacheco, 2010; Ramos, 2014).

É importante considerar as características de cada região. Em regiões que sempre enfrentaram desigualdades, como a Região Norte, os desafios são ainda maiores. Por exemplo, a renda é baixa, o trabalho não é formalizado e a economia não é diversificada. Por isso, é necessário ter políticas públicas que juntem educação e desenvolvimento. De acordo com dados recentes do IBGE (2023) e do IPEA (2023), é fundamental criar oportunidades para as pessoas e estimular a economia local.

A educação profissional e tecnológica não deve ser vista apenas como uma forma de oferecer mais vagas, mas como uma estratégia para fortalecer as capacidades locais e criar oportunidades para as pessoas. Com isso, a educação profissional e tecnológica desempenha um papel importante no desenvolvimento regional, ajudando a formar pessoas e a promover o crescimento econômico. Ela é essencial para o desenvolvimento da região, pois ajuda a criar oportunidades de trabalho e a melhorar a qualidade de vida das pessoas. Além disso, a educação profissional e tecnológica é fundamental para a formação de pessoas capazes de contribuir para o desenvolvimento regional.

No caso específico do Estado do Amapá, essas dinâmicas assumem contornos próprios, em razão de sua formação histórica, de sua estrutura econômica e de sua inserção na Amazônia Legal. A economia estadual consolidou-se historicamente com forte participação do setor público, além da exploração mineral — notadamente a extração de manganês — e das atividades extrativistas (Porto; Costa, 2019). Essa configuração contribuiu para uma estrutura produtiva pouco diversificada e dependente de transferências intergovernamentais. Relatórios recentes evidenciam que o estado ainda enfrenta desafios quanto à geração de empregos formais e à consolidação de cadeias produtivas sustentáveis (IBGE, 2023; IPEA, 2023). Assim, a

consolidação da EPT no Amapá adquire relevância singular ao dialogar com a necessidade de qualificação profissional e diversificação econômica.

A expansão da Rede Federal após 2008 representou um marco nesse processo. No caso amapaense, a criação do Instituto Federal do Amapá (IFAP) ampliou a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos subsequentes e graduações tecnológicas, contribuindo para a interiorização da formação profissional em municípios que anteriormente não dispunham desse tipo de oferta educacional. Conforme destaca Pacheco (2010), os Institutos Federais foram concebidos com a missão de integrar ensino, pesquisa e extensão, articulando-se às demandas regionais e promovendo inclusão social. Tal modelo institucional reforça a concepção de educação profissional comprometida com o desenvolvimento territorial.

A presença do IFAP em diferentes municípios contribuiu para reduzir desigualdades de acesso e fortalecer arranjos produtivos locais, sobretudo em áreas ligadas à agricultura familiar, gestão pública e tecnologias ambientais — dimensões particularmente relevantes em um estado inserido na Amazônia Legal. Ramos (2014) observa que a EPT, quando vinculada às especificidades regionais, potencializa sua capacidade de promover mobilidade social e desenvolvimento sustentável.

Paralelamente, políticas públicas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído em 2011, ampliaram o acesso à qualificação profissional em curto prazo, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2011). Avaliações do Ministério da Educação- MEC indicam que o programa expandiu significativamente o número de matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, com forte incidência nas regiões Norte e Nordeste (MEC, 2010a). A articulação entre a oferta estruturante dos Institutos Federais e programas de formação ampliada contribuiu para redefinir o cenário da educação profissional no Amapá ao longo do período de 2008 a 2024.

Todavia, o crescimento da oferta educacional não implica, automaticamente, transformação estrutural. Estudos sobre políticas educacionais ressaltam a importância de avaliar os impactos concretos das iniciativas públicas sobre indicadores de empregabilidade, renda e mobilidade social (Moura, 2013; Ramos, 2014). No caso amapaense, onde o mercado de trabalho é marcado por forte presença do setor público e limitada industrialização, torna-se essencial investigar de que forma a expansão da EPT tem dialogado com as dinâmicas produtivas locais.

Diante desse panorama, esta pesquisa orienta-se pelo seguinte problema: Em que medida a expansão e consolidação da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Amapá, no período de 2008 a 2024, produziram impactos estruturais na dinâmica econômica e social estadual? Parte-se do reconhecimento de que a EPT pode desempenhar papel estratégico na redução das desigualdades regionais, desde que analisada à luz de suas especificidades territoriais.

O objetivo geral consiste em analisar a evolução da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Amapá e seus impactos no desenvolvimento econômico e social. Como objetivos específicos, pretende-se: a) identificar as principais políticas públicas que influenciaram a expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Amapá; b) analisar indicadores socioeconômicos recentes do Estado do Amapá no contexto da expansão da Rede Federal; e c) relacionar a oferta de cursos da educação profissional com as características do mercado de trabalho e da estrutura produtiva local.

A relevância do estudo justifica-se pela ainda incipiente produção acadêmica voltada especificamente ao contexto amapaense. Embora existam análises nacionais sobre a Rede Federal, são escassos os trabalhos que examinam, de forma aprofundada, os efeitos da EPT em estados amazônicos com menor densidade econômica. Ao discutir a relação entre educação profissional e desenvolvimento regional, esta pesquisa contribui para o debate sobre políticas públicas voltadas à redução das desigualdades territoriais e ao fortalecimento da autonomia regional.

Além disso, a análise da EPT em estados amazônicos de menor densidade industrial contribui para o debate nacional sobre a efetividade das políticas de interiorização da Rede Federal, oferecendo subsídios para o aprimoramento do planejamento educacional em contextos periféricos e de economia dependente.

Diante de tudo o que foi discutido, fica claro que a Educação Profissional e Tecnológica, especialmente após a criação da Rede Federal em 2008, tem um papel importante na promoção do desenvolvimento regional, principalmente em estados como o Amapá, que ainda enfrentam muitos desafios estruturais. A expansão de instituições como o IFAP e a criação de políticas de acesso à qualificação ampliaram as oportunidades para a população e ajudaram a fortalecer as potencialidades locais. No entanto, esses avanços, por si só, não garantem mudanças profundas na realidade social e econômica. Para que isso aconteça, é fundamental que a oferta de formação esteja conectada com as necessidades reais do território e do mercado de trabalho.

Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a analisar não apenas os avanços da EPT entre 2008 e 2024, mas também seus limites e desafios, contribuindo para um olhar mais atento sobre a construção de políticas públicas capazes de reduzir desigualdades e promover um desenvolvimento mais justo e sustentável.

## **2 METODOLOGIA**

Considerando a complexidade do tema proposto, esta pesquisa adota como principal procedimento metodológico a revisão bibliográfica, entendida como uma etapa fundamental para a construção do referencial teórico e analítico que sustenta a investigação. Conforme destaca Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais, permitindo ao pesquisador estabelecer um diálogo crítico com diferentes perspectivas teóricas e interpretações sobre o objeto estudado. Nesse sentido, esse tipo de abordagem possibilita não apenas a sistematização do conhecimento existente, mas também a identificação de lacunas e a construção de novas reflexões.

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, uma vez que busca compreender fenômenos sociais a partir de suas múltiplas dimensões, privilegiando a interpretação e a análise contextualizada dos dados. Quanto aos seus objetivos, apresenta caráter exploratório e descritivo: exploratório por tratar de um campo ainda pouco aprofundado no contexto específico do Estado do Amapá, e descritivo por procurar analisar e relacionar elementos que compõem a expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e seus possíveis impactos no desenvolvimento regional.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental. Foram analisadas obras clássicas e contemporâneas sobre educação profissional, desenvolvimento regional e políticas públicas, bem como artigos científicos publicados em periódicos especializados. Além disso, foram examinadas legislações pertinentes, relatórios institucionais e documentos oficiais, com destaque para dados estatísticos provenientes de órgãos como IBGE, IPEA e INEP, que contribuíram para a compreensão dos indicadores socioeconômicos do Estado do Amapá. Também foram considerados documentos institucionais do Instituto Federal do Amapá (IFAP, 2019; IFAP, 2022), os quais

permitiram analisar a evolução da oferta educacional e suas articulações com o contexto regional.

A análise dos dados foi orientada por um referencial teórico que articula as categorias de desenvolvimento regional, território e trabalho como princípio educativo, buscando compreender de que maneira a Educação Profissional e Tecnológica se insere nas dinâmicas econômicas e sociais locais. Essa abordagem permite interpretar a EPT não apenas como uma política educacional, mas como um instrumento potencial de transformação social, especialmente quando alinhado às demandas e especificidades do território.

Ao delimitar o recorte temporal entre 2008 e 2024, o estudo contempla desde a institucionalização da nova configuração da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.892/2008, até o cenário contemporâneo. Essa delimitação possibilita uma análise histórica consistente, permitindo observar tanto o processo de expansão da rede quanto seus desdobramentos ao longo do tempo no contexto amapaense.

Por fim, parte-se do entendimento de que a Educação Profissional e Tecnológica, quando articulada às especificidades territoriais e sustentada por políticas públicas consistentes e contínuas, pode constituir um elemento estruturante para a promoção do desenvolvimento econômico e social. No caso do Estado do Amapá, essa perspectiva torna-se ainda mais relevante, considerando suas particularidades históricas, econômicas e geográficas, o que reforça a importância de análises que contribuam para o aprimoramento das políticas públicas e para a redução das desigualdades regionais.

### **3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais eixos estruturantes das políticas públicas educacionais brasileiras. Tal consolidação ganhou maior densidade a partir da promulgação da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e redefiniu o papel da educação profissional no país (Brasil, 2008). A partir desse marco normativo, a EPT passou a ser concebida não apenas como modalidade voltada à qualificação técnica, mas como política

pública comprometida com a formação integral, a inclusão social e o desenvolvimento regional.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representa a síntese de um processo histórico de construção da Rede Federal, reunindo a experiência dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), escolas agrotécnicas federais e escolas técnicas vinculadas às universidades. Essa reorganização institucional não significou mera mudança administrativa, mas a proposição de um novo projeto político-pedagógico, caracterizado pela inovação, pela ousadia e pelo compromisso com uma sociedade democrática e socialmente justa.

Os Institutos Federais foram concebidos para articular ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, assumindo papel ativo na transformação social. Conforme destaca Pacheco (2010), sua missão envolve a promoção da inclusão social e do desenvolvimento regional por meio de uma formação humana integral, vinculada às demandas produtivas e às especificidades territoriais. Trata-se de uma concepção que rompe com perspectivas estritamente tecnicistas, ao compreender o trabalho não apenas como ocupação, mas como dimensão constitutiva da vida social.

Um dos fundamentos estruturais dessas instituições é a organização pedagógica verticalizada, que abrange desde a educação básica até a pós-graduação. Essa característica permite a construção de itinerários formativos contínuos, possibilitando ao estudante transitar do curso técnico à formação superior e à pós-graduação, compartilhando espaços e experiências acadêmicas. Tal modelo favorece a integração entre diferentes níveis de ensino e fortalece a identidade institucional.

A estrutura multicampi e a definição clara de territórios de atuação fortalecem o compromisso dos Institutos Federais com o desenvolvimento local e regional. A oferta de cursos deve dialogar com as potencialidades e demandas da região, sendo construída, preferencialmente, a partir da escuta da comunidade e de suas representações sociais. Além disso, a articulação com outras políticas públicas e a constituição de observatórios sociais ampliam a capacidade de intervenção institucional, transformando problemas regionais em objetos de investigação e ação.

Nesse contexto, a educação profissional deixa de ser compreendida como mera instrumentalização para o mercado de trabalho. A proposta pedagógica dos Institutos Federais busca integrar trabalho, ciência e cultura, orientando a formação

para além da dimensão estritamente técnica, em consonância com a concepção de formação integral discutida por Pacheco (2010). Isso implica superar a dicotomia entre ensino técnico e científico, privilegiando uma formação analítica, crítica e contextualizada, capaz de preparar sujeitos aptos não apenas a ocupar postos de trabalho, mas a compreender e transformar a realidade social.

A expansão da Rede Federal também se articulou a outras políticas educacionais, como a ampliação da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, a valorização da formação de mestres e doutores na própria rede e programas como o Proeja, que integra educação profissional à educação de jovens e adultos. Essas iniciativas reafirmam a compreensão de que a formação cidadã precede a qualificação para a laboralidade, sustentando-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura.

Sob a perspectiva do desenvolvimento regional, a literatura especializada ressalta que a EPT pode desempenhar papel estratégico na redução das desigualdades territoriais. Ramos (2014) argumenta que, quando articulada às especificidades locais, a educação profissional contribui para a dinamização econômica e para a consolidação de arranjos produtivos regionais. Nessa mesma direção, Moura (2013) adverte que os impactos da EPT não se produzem automaticamente, exigindo políticas públicas integradas, planejamento territorial e acompanhamento de indicadores socioeconômicos.

Dessa forma, a Educação Profissional e Tecnológica afirma-se como política pública que ultrapassa a dimensão educacional, assumindo compromisso com o conjunto da sociedade. Sua efetividade enquanto vetor de desenvolvimento depende da articulação entre formação humana integral, inovação tecnológica e diálogo permanente com as dinâmicas produtivas regionais. Quando orientada por esses princípios, a EPT pode constituir-se em instrumento relevante para a promoção do desenvolvimento econômico e social com inclusão e justiça social.

#### **4 A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO AMAPÁ**

A compreensão da Educação Profissional e Tecnológica no Amapá exige considerar as condições históricas que moldaram sua estrutura socioeconômica. Como observam Porto e Costa (2019), a economia estadual consolidou-se sob forte presença do setor público, da mineração — especialmente do manganês — e de

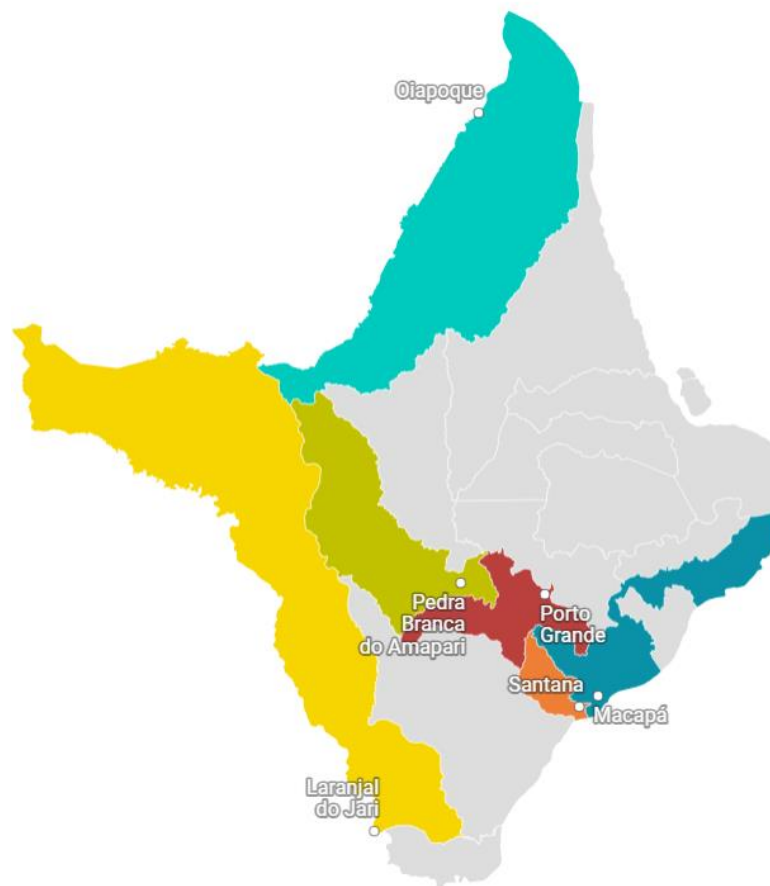
atividades extrativistas, configurando base produtiva pouco diversificada e dependente de recursos federais. Esse perfil limitou o dinamismo econômico e reforçou a centralidade de políticas públicas de formação voltadas à qualificação da força de trabalho local.

Até meados da década de 1940, o sistema educacional era incipiente. Silva (2017) registra que, em 1944, existiam apenas sete escolas no então Território Federal do Amapá, muitas funcionando em estruturas improvisadas e com oferta restrita ao ensino primário. Em Macapá, conforme detalha Silva (2020), somente duas instituições apresentavam funcionamento regular, dependendo, inclusive, do apoio comunitário para manutenção. A formação profissional teve início em 1945, com a criação da Escola Doméstica Feminina e da Escola Profissional Getúlio Vargas, ambas alinhadas ao modelo educacional do período, que segmentava a escolarização segundo funções sociais e ocupacionais. Carvalho (2012) destaca que tais iniciativas integravam um projeto político mais amplo, estruturado ainda sob a lógica do Estado Novo, organizando o ensino de acordo com diferentes estratos sociais.

Nesse contexto, a implantação da Escola Normal de Macapá — posteriormente transformada no Instituto de Educação do Amapá (IETA) — representou marco relevante na qualificação docente. Embora não classificada formalmente como instituição técnica, sua finalidade era preparar profissionais para o exercício do magistério, contribuindo para a consolidação de quadros educacionais locais. Ferreira (2016) evidencia que o IETA assumiu papel de referência na formação de professores, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980. À luz da concepção apresentada por Cordão e Moraes (2017), segundo a qual toda formação posterior ao ensino médio possui natureza profissional, pode-se afirmar que essas experiências constituíram as bases iniciais da institucionalização da educação voltada ao trabalho no estado, ainda que de forma fragmentada e com alcance territorial restrito.

A inflexão estrutural ocorre a partir de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal do Amapá (Lei nº 11.534/2007), posteriormente integrada à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da Lei nº 11.892/2008. A transformação em Instituto Federal conferiu autonomia administrativa, patrimonial e didático-pedagógica, inserindo o estado em uma política nacional orientada pela articulação entre educação, ciência e tecnologia como estratégia de desenvolvimento regional, conforme analisam Righes e Sarturi (2021).

Figura 1 - Mapa da localização dos Campi do Instituto Federal do Amapá



Fonte: INEP DATA: Catálogo das Escolas (2025)

As atividades acadêmicas tiveram início em 2010, com oferta de cursos técnicos definidos a partir de audiências públicas e alinhados aos arranjos produtivos locais. A partir de então, estruturou-se uma organização multicampi, com unidades em Macapá, Laranjal do Jari, Santana, Porto Grande e Oiapoque, além de centro de referência em educação a distância em Pedra Branca do Amapari. Essa distribuição territorial ampliou o acesso à formação técnica e superior, especialmente em municípios historicamente afastados dos principais centros administrativos.

Entre 2008 e 2024, observa-se expansão gradual da oferta, contemplando cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), cursos técnicos nas modalidades integrada, subsequente e concomitante, graduações tecnológicas, licenciaturas e programas de pós-graduação. A proposta institucional fundamenta-se na formação integral do estudante, articulando qualificação profissional e desenvolvimento

territorial, com cursos vinculados a áreas estratégicas como informática, gestão, meio ambiente, agricultura e serviços.

Paralelamente, políticas nacionais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela Lei nº 12.513/2011 (Brasil, 2011), contribuíram para ampliar oportunidades formativas, sobretudo para públicos em situação de vulnerabilidade. Dados do Ministério da Educação (MEC, 2010a) indicam crescimento significativo das matrículas nas regiões Norte e Nordeste nesse período, refletindo o impacto dessas políticas na ampliação do acesso.

Assim, ao sintetizar o percurso histórico, é possível identificar dois momentos distintos: uma fase inicial, entre as décadas de 1940 e 1980, marcada por iniciativas ainda dispersas de institucionalização da formação profissional; e uma etapa posterior, a partir de 2008, caracterizada pela consolidação sistêmica da Educação Profissional e Tecnológica no âmbito da Rede Federal. É esse segundo momento — correspondente ao recorte temporal de 2008 a 2024 — que estrutura a análise deste estudo, por representar a configuração de uma política pública com maior capilaridade territorial, robustez institucional e potencial de impacto no desenvolvimento regional.

## **5 A EXPANSÃO DA EPT E A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO AMAPÁ**

A criação dos Institutos Federais representou, no plano nacional, mais do que a reorganização do ensino técnico: constituiu uma estratégia de interiorização e fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como política de desenvolvimento. No Amapá, esse movimento assumiu significado particular, considerando a histórica dependência do setor público, a baixa diversificação produtiva e as limitações estruturais que marcam sua economia. Nesse cenário, a EPT passou a ser compreendida como instrumento capaz de ampliar oportunidades e fortalecer bases locais de crescimento.

A realidade socioeconômica amapaense evidencia concentração ocupacional nos setores de comércio e serviços, além de forte presença da administração pública. Tal configuração impõe desafios à geração de emprego qualificado e à diversificação econômica. A expansão da Rede Federal, ao ampliar a oferta de cursos técnicos e superiores, insere-se como resposta institucional a essa demanda por qualificação alinhada às características regionais.

Embora os fundamentos teóricos sobre território já tenham sido discutidos anteriormente, sua aplicação concreta ao caso do Amapá revela implicações práticas.

Molina (2006) ressalta que o território é constituído por relações sociais historicamente produzidas. Ao implantar *campi* em diferentes municípios, a EPT altera essas relações ao introduzir novos fluxos de conhecimento, oportunidades de formação e perspectivas de inserção produtiva.

No contexto amapaense, a interiorização da oferta educacional reduz distâncias geográficas e simbólicas entre capital e interior. Municípios antes dependentes de deslocamento para Macapá passaram a contar com formação técnica e superior local, o que impacta expectativas juvenis, projetos de vida e dinâmicas comunitárias. A política educacional, nesse sentido, reorganiza práticas sociais e econômicas em escala regional.

A leitura de Santos (2001) contribui para compreender esse processo ao considerar o território como espaço vivido, atravessado por desigualdades e possibilidades. No Amapá, a presença institucional da Rede Federal fortalece a circulação de saberes e amplia a integração entre diferentes regiões do estado, especialmente em áreas de fronteira ou vinculadas à mineração e à agricultura.

A estrutura multicampi possibilita atuação descentralizada e diálogo direto com demandas locais. Conforme Pacheco (2010), os Institutos Federais foram concebidos para articular ensino, pesquisa e extensão em consonância com as especificidades territoriais. No Amapá, essa orientação se traduz na oferta de cursos relacionados à gestão pública, informática, meio ambiente, agricultura e serviços, setores compatíveis com o perfil produtivo estadual.

A expansão da oferta também produziu impactos concretos no acesso à educação pública de qualidade. Jovens e adultos que anteriormente encontravam barreiras geográficas ou financeiras passaram a dispor de formação gratuita e estruturada. Esse movimento contribui para ampliar a mobilidade social e qualificar a inserção no mercado de trabalho.

Contudo, os efeitos da EPT não se restringem ao aumento de matrículas. A formação ofertada articula dimensões técnicas e científicas, superando a lógica de capacitação estritamente instrumental. Essa integração amplia o alcance formativo e fortalece a construção de competências críticas e profissionais necessárias ao contexto regional.

A perspectiva de Frigotto (1985), ao compreender o trabalho como princípio educativo, auxilia na interpretação desse processo. No Amapá, a formação que articula teoria e prática contribui para preparar sujeitos capazes de intervir em sua realidade econômica e social, promovendo desenvolvimento com maior consciência crítica.

Ao mesmo tempo, a efetividade dessa política depende da articulação com outros atores e políticas públicas. As orientações do Ministério da Educação (MEC, 2010b) indicam que a atuação dos Institutos deve conectar o local ao global, integrando iniciativas educacionais a estratégias mais amplas de planejamento e desenvolvimento.

Silva (2009), ao analisar a Lei nº 11.892/2008, destaca que a organização territorial da Rede Federal considerou critérios socioeconômicos para delimitar sua atuação. No Amapá, essa estrutura reforça a responsabilidade institucional com as demandas regionais e fortalece a coesão entre municípios atendidos.

Assim, entre 2008 e 2024, a consolidação da Educação Profissional e Tecnológica no Amapá evidencia impactos que ultrapassam o âmbito escolar. A política contribui para reorganizar o território, qualificar a força de trabalho e ampliar perspectivas de desenvolvimento regional. Ainda que condicionada a fatores estruturais mais amplos, a presença da Rede Federal configura-se como elemento central na estratégia de fortalecimento econômico e social do estado.

## **6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO AMAPÁ: CONDICIONANTES ESTRUTURAIS, IMPACTOS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO**

A Região Norte do Brasil, composta por Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, formalizou seus Planos Estaduais de Educação em consonância com a Lei nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024)<sup>1</sup>. Apesar desse alinhamento normativo, os indicadores educacionais da região permanecem entre os mais frágeis do país, refletindo

---

<sup>1</sup> O Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) teve sua vigência originalmente prevista para o decênio de 2014 a 2024. Contudo, em razão da não aprovação, em tempo hábil, de um novo plano pelo Congresso Nacional, sua vigência foi prorrogada até 2025, a fim de evitar descontinuidade das políticas educacionais.

desigualdades históricas, limitações estruturais e renda per capita inferior à média nacional (Paschoalin, 2023). Tal cenário evidencia que a consolidação das metas educacionais depende não apenas de diretrizes legais, mas de condições socioeconômicas capazes de sustentá-las.

Embora tenha ocorrido redução da pobreza multidimensional entre 2006 e 2013, passando de 30,71% para 25,79%, a melhora não foi suficiente para eliminar disparidades internas significativas. Estados como Pará e Amapá continuam apresentando contextos de maior vulnerabilidade social (Silva; Sousa; Araújo, 2017). Essa persistência de desigualdades reforça a importância de políticas públicas integradas, nas quais educação e desenvolvimento econômico se articulam como dimensões complementares.

No Amapá, a implementação das metas educacionais revela dependência expressiva da cooperação federativa. Muitas estratégias previstas no Plano Estadual condicionam-se ao apoio técnico e financeiro da União, especialmente no que se refere à expansão da infraestrutura e ao custeio das ações educacionais (Paschoalin, 2023). Nesse contexto, a presença de instituições federais assume papel estruturante na ampliação da oferta e na garantia de maior estabilidade institucional.

A criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica inserem-se nesse movimento de reconfiguração das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. O modelo adotado articula interiorização da oferta, racionalização administrativa e integração entre ensino, pesquisa e extensão (Turmena; Azevedo, 2017), estruturando uma atuação territorialmente orientada e socialmente comprometida.

No Amapá, a consolidação do Instituto Federal do Amapá (IFAP) representou não apenas a ampliação quantitativa de vagas, mas a constituição de polos educacionais estrategicamente distribuídos pelo estado, capazes de dialogar com as especificidades socioeconômicas locais. Essa atuação materializa-se na oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) organizados conforme os 13 eixos tecnológicos definidos pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, abrangendo áreas como Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança, Turismo, Hospitalidade e Lazer, entre outros.

A diversidade desses eixos permite ao IFAP alinhar sua oferta formativa às dinâmicas produtivas do estado, caracterizadas pela forte presença do setor público, pela centralidade do comércio e serviços e pelo potencial relacionado à agricultura, ao extrativismo e às atividades minerais. Cursos vinculados aos eixos de Recursos Naturais, Ambiente e Saúde e Produção Alimentícia, por exemplo, dialogam diretamente com atividades rurais e com a valorização sustentável da biodiversidade amazônica. Já os eixos de Informação e Comunicação e Gestão e Negócios respondem à crescente demanda por qualificação no setor terciário e na administração pública.

Desse modo, a organização curricular por eixos tecnológicos fortalece a coerência entre formação profissional e desenvolvimento territorial, permitindo que a EPT no Amapá atue não apenas como mecanismo de certificação, mas como instrumento estruturante de diversificação econômica, qualificação da força de trabalho e promoção de inovação em escala regional.

Conforme sistematizado na Tabela 1, a política de expansão estruturou-se em três eixos complementares: dimensão social, dimensão geográfica e dimensão de desenvolvimento.

Tabela 1- Dimensões e Objetivos para a Expansão da Educação Profissional e Superior

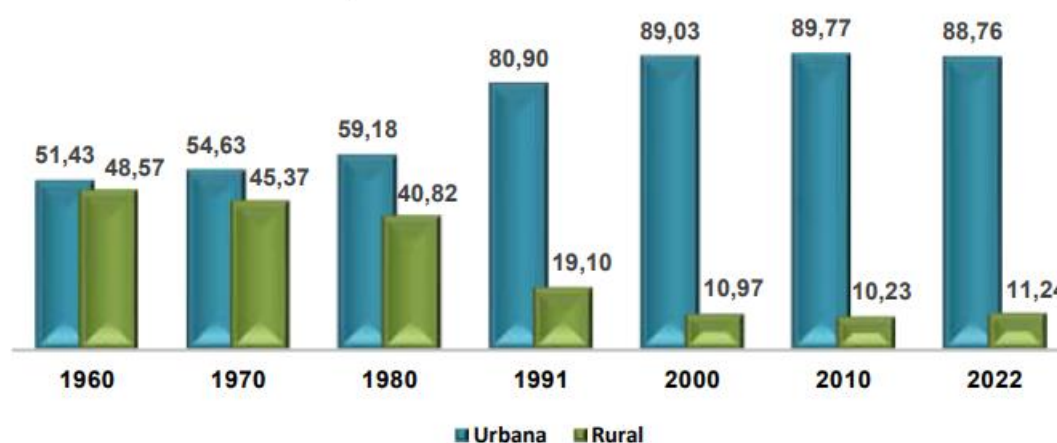
<b>Dimensões</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Dimensão Social</b>	Universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania;
	Atendimento aos municípios populosos e com baixa receita per capita, integrantes do G100;
	Municípios com percentual elevado de extrema pobreza.
<b>Dimensão Geográfica</b>	Atendimento prioritário aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas;
	Universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras;
	Municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais;
	Interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Ensino Superior;
	Oferta de Educação Superior Federal por estado abaixo da média nacional.
<b>Dimensão de Desenvolvimento</b>	Municípios com Arranjos Produtivos Locais (APLs) identificados;
	Entorno de grandes investimentos.

Fonte: Portal do Ministério da Educação – 2010.

No eixo social, priorizou-se o atendimento a municípios com baixa renda per capita e elevados índices de vulnerabilidade; no eixo geográfico, buscou-se alcançar mesorregiões historicamente desassistidas e ampliar a presença da educação superior federal; na dimensão de desenvolvimento, consideraram-se Arranjos Produtivos Locais (APLs) e entornos de grandes investimentos. Esses critérios dialogam diretamente com a realidade amazônica e explicam a distribuição territorial das unidades no estado.

A análise demográfica apresentada na Figura 1 ajuda a entender, de forma mais concreta, como foi se transformando a realidade social e econômica do Estado do Amapá ao longo do tempo, especialmente no que diz respeito à demanda por educação profissional. Os dados mostram que a população urbana cresceu de 51,43% em 1960 para 88,76% em 2022, enquanto a população rural diminuiu de 48,57% para apenas 11,24% no mesmo período. Esse movimento revela um processo intenso de urbanização, que se tornou mais evidente a partir da década de 1990, quando muitas pessoas passaram a migrar para as cidades em busca de melhores oportunidades de trabalho, acesso a serviços públicos e melhores condições de vida.

Figura 2 – Percentual da população residente, por situação do domicílio- 1969-2022



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE – Censos Demográficos, Elaboração SEPLAN-AP – 2024.

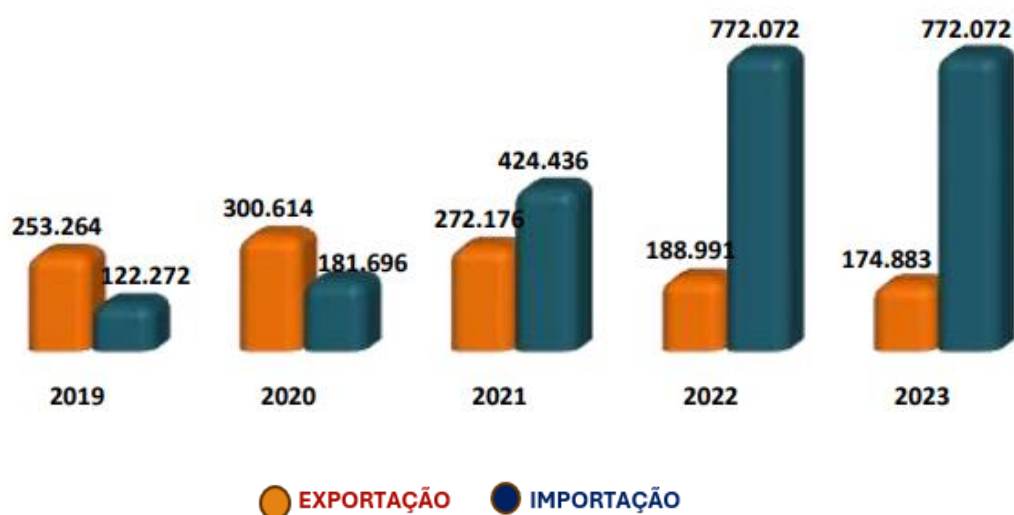
Essa mudança não aconteceu por acaso. Ela está ligada a transformações na forma como a economia do estado se organiza. Com a redução de atividades

tradicionais do meio rural e o crescimento do setor público e dos serviços, o perfil dos empregos também mudou. Hoje, há uma demanda maior por profissionais que atuem em áreas urbanas, como comércio, administração e serviços, o que exige um nível de qualificação diferente daquele que era predominante no passado.

Nesse contexto, a predominância da população urbana influencia diretamente o mercado de trabalho, que passa a exigir conhecimentos técnicos mais específicos. É justamente aí que a Educação Profissional e Tecnológica ganha importância, pois contribui para preparar as pessoas para essas novas exigências. A oferta de cursos pelo Instituto Federal do Amapá (IFAP), especialmente nas áreas de Administração, Comércio, Logística e Informática, acompanha esse movimento, mostrando uma preocupação em formar profissionais alinhados com a realidade local.

Sob a perspectiva econômica, a Figura 2 revela mudança significativa na inserção do estado nos fluxos comerciais. As exportações, que somavam 253.264 em 2019, alcançaram 772.072 em 2022 e 2023, superando de forma consistente as importações a partir de 2021. O superávit comercial indica fortalecimento de cadeias produtivas voltadas ao mercado externo, especialmente ligadas à mineração e ao agronegócio.

Figura 3 – Balança comercial do Estado do Amapá (2019-2023)



Fonte: Elaboração COPESEF/SEPLAN-AP – 2024

Esse desempenho comercial amplia a demanda por profissionais qualificados em logística, comércio exterior, gestão de processos e áreas industriais correlatas. A

oferta formativa do IFAP, ao incluir cursos relacionados à gestão, agropecuária e mineração, conecta-se diretamente a essa nova configuração econômica, contribuindo para preparar mão de obra apta a atuar em setores estratégicos que sustentam o crescimento das exportações.

A relação entre educação e mercado de trabalho torna-se ainda mais evidente na Tabela 2. Após retração em 2020, quando o saldo total foi de 993 postos, observa-se recuperação expressiva em 2021, com saldo de 6.272 empregos, mantendo-se positivo em 2022 (5.568) e 2023 (6.125). Esses números demonstram retomada consistente da dinâmica ocupacional no estado.

Tabela 2 – Admissões e demissões de emprego por setor e subsetor de atividade econômica no Estado do Amapá (2020-2023)

Atividades Econômicas	Admitidos	Desligados	Saldo	Estoque
<b>2020</b>				
Agropecuária	183	209	-26	937
Indústria	1.272	1.281	-9	4.610
Construção	3.314	3.305	9	5.179
Comércio	9.410	8.416	994	24.438
Serviços	8.850	8.825	25	33.231
<b>Total</b>	<b>23.029</b>	<b>22.036</b>	<b>993</b>	<b>68.393</b>
<b>2021</b>				
Agropecuária	617	405	212	1.149
Indústria	1.980	1.462	518	5.128
Construção	4.826	4.255	571	5.750
Comércio	13.763	11.804	1.959	26.397
Serviços	13.642	10.630	3.012	36.243
<b>Total</b>	<b>34.828</b>	<b>28.556</b>	<b>6.272</b>	<b>74.665</b>
<b>2022</b>				
Agropecuária	766	654	114	1.263
Indústria	2.467	2.391	76	5.204
Construção	5.882	5.217	665	6.415
Comércio	14.977	13.578	1.399	27.796
Serviços	19.356	16.042	3.314	39.557
<b>Total</b>	<b>43.450</b>	<b>37.882</b>	<b>5.568</b>	<b>80.233</b>
<b>2023</b>				
Agropecuária	749	584	165	1.428
Indústria	3.382	2.551	831	6.035
Construção	4.569	4.883	-314	6.101
Comércio	15.468	14.035	1.433	29.229
Serviços	10.888	15.880	4.008	43.565
Não Identificado	2	-	2	-
<b>Total</b>	<b>44.058</b>	<b>37.933</b>	<b>6.125</b>	<b>86.358</b>

Pode-se aferir que o setor de serviços foi o principal responsável pelo crescimento do emprego formal, registrando saldo positivo de 4.008 vínculos em 2023, seguido por resultados relevantes na indústria. Comércio e construção também apresentaram desempenhos positivos em diferentes momentos do período analisado. Essa concentração de admissões no setor terciário reforça a necessidade de políticas de EPT alinhadas a essa estrutura produtiva, especialmente por meio de cursos técnicos e superiores nas áreas de Gestão, Comércio, Serviços Públicos e Tecnologia da Informação.

Diante desse conjunto de dados — demográficos, comerciais e ocupacionais, torna-se evidente que a consolidação da Educação Profissional no Amapá não pode ser analisada de forma isolada. A urbanização consolidada, o superávit da balança comercial e a recuperação do emprego formal indicam transformações estruturais que demandam qualificação específica e permanente atualização curricular. Assim, o IFAP posiciona-se como agente estratégico na articulação entre formação e desenvolvimento regional, respondendo às dinâmicas evidenciadas nos gráficos e tabelas e contribuindo para fortalecer a mobilidade social e a sustentabilidade econômica do estado.

## **7 CONCLUSÃO**

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu analisar em que medida a expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Amapá, no período de 2008 a 2024, produziu impactos na dinâmica econômica e social estadual. Constatou-se que a consolidação da Rede Federal, especialmente por meio do Instituto Federal do Amapá, ampliou significativamente o acesso à formação técnica e superior, fortaleceu a interiorização da oferta educacional e contribuiu para a qualificação da força de trabalho local.

Entretanto, os resultados indicam que os efeitos estruturais sobre a matriz produtiva do estado ainda se apresentam de forma limitada. Embora a expansão da EPT tenha promovido inclusão educacional e ampliado oportunidades formativas, sua capacidade de induzir transformações econômicas mais profundas depende da articulação com políticas de desenvolvimento regional, planejamento territorial e fortalecimento dos arranjos produtivos locais. A educação profissional, nesse

contexto, revela-se elemento estratégico, mas não autossuficiente, para a superação das fragilidades estruturais que caracterizam a economia amapaense.

A análise evidenciou, ainda, que o perfil econômico do estado marcado pela predominância do setor de serviços e pela forte presença do setor público impõe desafios específicos à consolidação de uma política de formação articulada à diversificação produtiva. Assim, a efetividade da Educação Profissional e Tecnológica como vetor de desenvolvimento requer integração entre educação, inovação, setor produtivo e políticas públicas de fomento econômico.

Como encaminhamentos, destaca-se a necessidade de monitoramento sistemático dos impactos da EPT por meio de indicadores de empregabilidade, renda e inserção produtiva; o fortalecimento das políticas de permanência e êxito estudantil; e a ampliação do diálogo institucional com atores econômicos locais. Tais medidas podem potencializar os efeitos da formação profissional sobre o desenvolvimento territorial.

Conclui-se que a Educação Profissional e Tecnológica no Amapá representa instrumento relevante para a promoção de mobilidade social e qualificação produtiva. Contudo, seus impactos estruturais estão condicionados às dinâmicas econômicas regionais e à capacidade de coordenação entre as diferentes esferas de política pública. O desafio que se impõe não é apenas expandir a oferta, mas consolidar uma política formativa integrada ao projeto de desenvolvimento do estado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 28 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.

CARVALHO. João Wilson Savino. **Instituto de Educação do Amapá: uma história de educação pelo exemplo**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) -Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 218p. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13637>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação Profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Ed. Senac, 2017.

FERREIRA, Norma-Iracema de Barros (org.). **Interfaces da Educação: história, política, saberes e práticas para além da fronteira amazônica**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

FRIGOTTO, G. **Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambiguidades**. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 175-182, set/dez., 1985.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INEP DATA. **Catálogo das Escolas**. Disponível em: [https://anonymousdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F\\_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas&Page=Lista%20das%20Escolas&P1=dashboard&Action=Navigate&ViewState=45v1g1eqpjc6qtcb0411cjl2mu&P16=NavRuleDefault&NavFromViewID=d%3Adashboard~p%3Asf156n9k0qs70741](https://anonymousdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FCenso%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas&Page=Lista%20das%20Escolas&P1=dashboard&Action=Navigate&ViewState=45v1g1eqpjc6qtcb0411cjl2mu&P16=NavRuleDefault&NavFromViewID=d%3Adashboard~p%3Asf156n9k0qs70741). Acesso em: 26 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. **Ministério da Educação. Institucional**. 2019. Disponível em: <https://www.ifap.edu.br/index.php/institucional-ifap>. Acesso em: 10 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. **Ministério da Educação**. PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - IFAP 2019-2023. Amapá: IFAP, 2022. Disponível em: [https://ifap.edu.br/index.php/component/k2/item/download/8679\\_54a59dd7f26484f5eab466c818a53cb](https://ifap.edu.br/index.php/component/k2/item/download/8679_54a59dd7f26484f5eab466c818a53cb). Acesso em: 04 jan. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, 2010a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2010b.

MOLINA, M. C. (org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOURA, Dante Henrique. **Educação profissional e desenvolvimento regional: desafios e perspectivas**. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 6, n. 1, 2013.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Fundação Santillana/MEC, 2010.

PASCHOALIN, Karina Pingarilho. **Desenvolvimento local no Estado do Amapá: a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) nos municípios de Macapá e Laranjal do Jari**. Orientador: Fábio Carlos da Silva. 2023. 86 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16193>. Acesso em: 28 fev. 2024.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; COSTA, José Alberto Tostes. **Desenvolvimento regional e economia no Amapá**. Macapá: UNIFAP, 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. **Educação profissional e desenvolvimento regional: mediações e contradições**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, 2014.

RIGHES, A. C. M., & SARTURI, R. C. (2021). **Concepção histórica dos institutos federais de educação ciência e tecnologia: entrevista com Elizier Moreira Pacheco**. *Revista Brasileira De História Da Educação*, 21, e173. <https://doi.org/10.4025/10.4025/rbhe.v21.2021.e173>

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Agnaldo Figueira da Rocha. **Os avanços na educação profissional concomitante no Estado do Amapá**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, C. J. R. (org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal, RN: IFRN, 2009.

SILVA, Maura Leal da. **“O território imaginado”: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988)**. 2017. Tese (Doutorado em História) -Programa de Pós-Graduação em História –PPGHIS, Universidade de Brasília. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23698/1/2017\\_MauraLealdaSilva.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23698/1/2017_MauraLealdaSilva.pdf). Acesso em: 28 fev. 2024.

SILVA, A. F.; SOUSA, J. S.; ARAÚJO, J. A. **Evidências sobre a pobreza multidimensional na Região Norte do Brasil.** Revista de Administração Pública, v. 51, n. 2, p. 219-239, mar./abr. 2017.

TURMENA, L.; AZEVEDO, M. L. N. **A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os institutos federais em questão.** Revista Diálogo Educacional, v. 17, n. 54, p. 1067-1084, 2017.